

A nuvem por Juno? O tema da fisiocracia na historiografia do pensamento económico português

Colecção «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», vol. I, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*; vol. II, Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Riqueza das Nações, 1803-1805*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990-1992.

1. As duas últimas décadas do século XVIII foram marcadas em Portugal por um surto ímpar, em profundidade e extensão, da literatura reformista nos campos político e económico. Herdeiros de uma longa tradição arbitrista, mas apoiados num discurso inovador que apelava para as ciências e a técnica como meios de manipulação da natureza, os memorialistas e projectistas desta época formularam programas de recuperação da economia de Portugal e do império atlântico, que informaram sucessivos projectos até bem entrado o nosso século. Do ponto de vista da análise e das propostas económicas, o traço mais marcante, pela quantidade de textos que o denotam e pela ênfase com que é abordado, é a defesa da primazia da agricultura na política de reforma, frequentemente fundamentada numa precedência do sector na hierarquia das actividades geradoras de riqueza.

Os escritos económicos de pendor agrarista, especialmente as *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, têm constituído um *corpus* privilegiado da historiografia sobre a fase final do Antigo Regime português e configuraram de forma perene aspectos cruciais das suas problemáticas (para um rápido roteiro de algumas das obras mais significativas que usaram as *Memórias Económicas* nos campos da história das doutrinas económicas e da história económica e política, cf. Cardoso, 1990, xx-xxii). São essas *Memórias Económicas* que inauguram a recente colecção «Obras Clássicas do Pensamento Económico Português», publicada pelo Banco de Portugal, com supervisão científica de José Luís Cardoso,

* Gabinete de Sociologia Histórica, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

uma colecção que, tornando mais acessível um importante conjunto de escritos de reflexão sobre a economia (e, mais globalmente, sobre a nação), se espera que venha a facilitar um aproveitamento mais intensivo desses textos. Constituído o primeiro volume pelos cinco tomos de memórias da Academia das Ciências (1789-1815), editados e introduzidos por José Luís Cardoso, sucedem-lhes as *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Riqueza das Nações (1803-1805)*, de Joaquim José Rodrigues de Brito, com edição e introdução de José Esteves Pereira.

A sequência destas duas obras oferece uma oportunidade de reflexão sobre as apropriações de que têm sido objecto, tanto mais que as respectivas introduções foram escritas por dois dos investigadores que na última década mais têm feito para renovar os quadros conceptuais e impulsionar os estudos da história das ideias económicas em Portugal.

Além disso, há um nexo criado pela tradição historiográfica entre estes dois conjuntos de textos. De um lado, as *Memórias Económicas*: prolixas, descritivas, orientadas para o inventário de potencialidades e obstáculos da economia do reino, bradando por soluções técnicas e políticas concretas, não se impõem um sistema teórico de análise. Na medida em que incorporam referências doutrinárias e procuram explicitar relações abstractas, fazem-no como parte da argumentação sobre esses objectos concretos. Do outro, as *Memórias Políticas*, primeira grande tentativa de sistematização do pensamento económico português, num discurso informado por uma teoria da ordem natural, que acolhe como referência central, mas não exclusiva, a doutrina fisiocrática.

Ligando os dois conjuntos, o sentido comum que a historiografia do pensamento económico lhes tem atribuído: dois vectores que trabalham em conjunto para a afirmação progressiva do económico como área científica politicamente relevante. Um mais pragmático e menos preocupado com a coerência doutrinária, o outro sistematizador e teorizante, seriam as duas faces complementares da penetração das ideias fisiocráticas em Portugal.

O parentesco fisiocrático entre o memorialismo agrarista da Academia das Ciências e a obra de Rodrigues de Brito, há muito estabelecido nos estudos da especialidade, permanece vigente, como mostram as introduções às presentes reedições. Se para José Luís Cardoso, no contexto da história do pensamento económico português, «o significado das *Memórias Económicas* decorre da capacidade e aptidão dos memorialistas para sistematizarem ou expressarem o seu quadro doutrinário de referência (de feição mais ou menos liberal, com maior ou menor intensidade crítica em relação às doutrinas de teor mercantilista), e para apresentarem e desenvolverem (de forma algo mitigada e à qual não são alheias algumas incongruências) um quadro analítico fundado nos conceitos e preceitos característicos da escola fisiocrática francesa» (Cardoso, 1990, XIX), para José Esteves Pereira, «do ponto de vista da cientificação do pensamento económico, Brito acompanha, mais informado, e através de uma elaboração sistemática, o empenho de fisiocratas

das *Memórias Económicas da Academia das Ciências*, como Vandelli ou Álvares da Silva, ao propugnarem, eles também, a aritmética política e o cálculo» (Pereira, 1992, XXIII).

Esta aproximação assenta no pressuposto de que o memorialismo agrarista de fins de Setecentos pode, com mais ou menos reservas, ser classificado como fisiocrático, uma qualificação doutrinal que assentou praça na interpretação histórica do pensamento económico português e tem sobrevivido a todas as críticas. Uma vez suposta, reforça-se pela anexação da obra de Rodrigues de Brito ao mesmo *corpus* da «fisiocracia portuguesa», visto que as *Memórias Políticas* passam a fornecer às *Memórias Económicas* um enquadramento teórico explícito que elas, em si mesmas, não comportam. Esse enquadramento, numa leitura intertextual, pode então fundamentar a filiação fisiocrática dos memorialistas académicos, que a sua inclusão no mesmo *corpus* doutrinal pressupunha à partida.

E, no entanto, esse pressuposto foi frequentemente desafiado nos últimos anos. Tem sido criticada a assimilação simplista de todo e qualquer agrarismo à fisiocracia, têm sido notadas as incongruências e a ausência dos dispositivos de análise económica provenientes da escola de Quesnay, tem sido contestada a homogeneidade doutrinal do conjunto das memórias. Tanto José Esteves Pereira como José Luís Cardoso tomaram parte nessas discussões e colocaram importantes reservas a esta tese. Mas, de uma forma ou de outra, ela foi sempre sendo recuperada pelos próprios críticos. O propósito deste roteiro bibliográfico é procurar perceber como se originou e por que transformações passou a tese da «fisiocracia portuguesa», aplicada ao memorialismo agrarista, de modo a contribuir para a discussão de uma evidência estabelecida, que creio ser hoje mais um obstáculo do que uma ferramenta para a compreensão desses discursos. Parece-me ser esta a melhor forma de rentabilizar a oportunidade de discussão e análise que esta colecção agora oferece.

2. O lugar inevitável para começar um trajecto bibliográfico sobre este tema é a obra de Moses Amzalak. Não porque tenha sido o introdutor desta interpretação, mas porque a prolixidade da sua escrita e o papel pioneiro que desempenhou na publicação de textos fulcrais do pensamento económico português fizeram dela o marco mais visível e o recurso obrigatório para quantos estudam a matéria, tornando-se o principal instituidor dos modos de leitura e categorização das ideias económicas que caracterizaram uma longa época em Portugal.

O seu primeiro texto em que encontro a apelação de «fisiocratas», atribuída em bloco a toda uma geração, não lhes diz directamente respeito. Trata-se de um estudo sobre José Acúrsio das Neves, e a designação de escola aparece por contraste com o autor tratado: «José Accursio das Neves foi um economista individualista à maneira de Adão Smith e João Baptista Say. As suas doutrinas ressentem-se da reacção operada sobre a geração dos fisio-

cratas que em Portugal teve a sua principal representação na plêiade ilustre que colaborou nas *Memórias Económicas* da Academia Rial das Ciências» (Amzalak, 1921, 10). Dois pontos a reter sobre esta passagem: remete para observações do próprio Acúrsio das Neves produzidas contra o publicismo de tendências agraristas, numa argumentação em que a doutrina dos «economistas» franceses se encontra resumida aos postulados da exclusividade produtiva da terra e da primazia da actividade agrícola, e reproduz a arrumação doutrinal de Marnoco e Sousa (1909, 66): «O movimento científico da escola dos physiocratas fez-se sentir profundamente no nosso país, como se pode verificar nas *Memorias economicas da Academia real das Sciencias de Lisboa [...]*»

A peça fundamental da bibliografia de Amzalak, no que toca à questão dos «fisiocratas portugueses», coloca sob o título genérico de *O fisiocratismo* as *Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores* (Amzalak, 1992) e Rodrigues de Brito (Amzalak, 1923). O primeiro destes estudos define a matriz interpretativa que nunca mais deixará de aplicar e desvela os pressupostos e as operações em jogo na sua apreciação dos textos. Dos pressupostos faz parte a própria afirmação da natureza fisiocrática dos memorialistas académicos, bebida na frase de Marnoco e Sousa acima citada, que se acha resumida, quase transcrita, logo de entrada: «O movimento científico da escola económica dos fisiocratas fez-se sentir em Portugal nas *Memórias económicas da Academia*» (Amzalak, 1922, 5), um pressuposto que radica na simples sobreposição aos textos da imagem cronológica da sucessão de escolas (mercantilismo, fisiocracia, clássicos), combinada com uma redução de sentido da fisiocracia ao agrarismo. Apresenta as biobibliografias dos colaboradores, baseando-se no *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio, com um comentário sobre «doutrina e crítica» que se limita a resumir, por vezes citar, as ideias dos autores, reproduzindo sistematicamente Laranjo (1881-1884).

As operações sobre os textos consistem no resumo e citação seleccionada das *Memórias Económicas*; a escolha das citações destaca as passagens que contenham um louvor da agricultura, entendendo-as como traços de um pensamento fisiocrático, sem questionar a adequação dos textos à doutrina económica dos discípulos de Quesnay. Acontece mesmo que passagens de teor agrarista, orientadas para a abundância de produtos alimentares de primeira necessidade, contradizem princípios fundamentais da fisiocracia, como o de considerar os produtos agrícolas no seu valor venal, e não como subsistências (caso da citação de José Pinto Ribeiro, p. 67), ou que outros trechos revelem opções mercantilistas, na sua expressão manufactureirista mais pura (João António Júdice, cit. a pp. 27-28).

O mesmo modo de exposição é adoptado na lição académica proferida e publicada, com amplas notas, em 1928, que pretende ser uma visão panorâmica da evolução da ciência económica em Portugal, e em moldes mais resumidos no discurso apologético sobre a Academia das Ciências publicado

em 1930 e retomado em francês em 1936. Mantém a redução da fisiocracia ao agrarismo, ao ponto de cometer este revelador anacronismo: «Apesar de no século XVII preponderarem as ideias mercantilistas, já no fim dele e princípios do século XVIII se delineavam tendências doutrinárias em sentido inteiramente adverso. Surge então a chamada escola fisiocrata» (Amzalak, 1928, 28) — aliás, provavelmente, um resumo infeliz de uma passagem cronologicamente mais precisa de Marnoco e Sousa (1909, 62-63). Resume o significado da fisiocracia a uma mensagem agrarista de cunho intemporal: «Refletem é certo as *Memórias da Academia* nesta época a influência das ideias fisiocráticas e daí a prioridade dada aos problemas de fomento agrícola. São ainda, os ecos do velho preceito da *Bíblia* a ressoar pelos séculos fora — *replete terram, et subijcite eam*, enchei a terra, e sujeitai-a (*Gênesis*, 1, 28).» (Amzalak, 1930, 28-29.) Retenha-se que este mesmo versículo servira de epígrafe a um livro marcante do agrarismo português de princípio do século XX que reclama uma «nova fisiocracia» e recorre extensamente às memórias académicas (Neto, 1908).

O resto da sua obra nada vai acrescentar a este modo de interpretação, seja quando aborda as doutrinas da população (Amzalak, 1947) ou quando publica documentos como o *Despertador da Agricultura* de Mordau, com uma introdução que confunde, como sempre, o agrarismo produtivista e populacionista (para quem a riqueza proveniente da terra assume a forma de subsistências, defendendo a autarcia pela substituição a qualquer preço das importações de cereais) e a fisiocracia (que equaciona a riqueza com o produto líquido agrário, calculado segundo o valor venal dos produtos, cujo óptimo se realiza pela especialização e pela troca internacional) (Amzalak, 1950).

Concluindo, aquele que é geralmente considerado «a mais importante figura da história do pensamento económico português» (Cardoso, 1989, 21), por meritória que tenha sido a divulgação e publicação de documentos (embora sem grande trabalho de análise ou de crítica), estabeleceu o que hoje é quase unanimemente apontado como um equívoco em torno de um dos momentos mais decisivos da reflexão económica sobre o país. No entanto, o seu papel de instituidor do campo disciplinar e a vastidão de publicações, que constituíram quase um monopólio sobre a historiografia do pensamento económico, conferiram ao seu vocabulário de classificação uma inércia que se arrisca a transformar os próprios críticos em seus herdeiros.

3. Mas, se, neste espaço historiográfico, a obra de Amzalak pode ser cartografada como um lugar de fundação, não devemos deixar a sua monumentalidade esconder que se trata também (talvez sobretudo) de um lugar de recepção, ampliando uma imagem pré-construída cuja lógica de produção há que procurar entender. E essa lógica só parcialmente releva de condicionantes internas ao próprio campo da historiografia económica, ou sequer da ciência económica *tout court*. Uma tentativa de resposta obriga a considerar o cruzamento de diferentes linhas discursivas que se ecoam reciprocamente até que,

nas primeiras décadas do nosso século, essa imagem cristalizou no discurso historiográfico. Uma breve exploração de alguns contextos bibliográficos dá-nos pistas para essa aproximação arqueológica.

3.1. Um primeiro contexto, óbvio, é constituído pelo próprio memorialismo agrarista. Independentemente da sua adequação doutrinal, representavam-se esses autores dos fins do século XVIII como adeptos da «seita dos economistas»?

Questão complicada. Que houve leituras e assimilações parcelares de escritos fisiocráticos é inegável, embora a sua representação seja pontual, qualquer que seja o universo considerado — o dos escritores, o dos textos ou o das ideias contidas em qualquer texto dado. Certo é que apenas encontramos escassas citações directas (a que há a descontar formulações vagas da preeminência moral, política e económica da terra e da agricultura, comuns a todo o agrarismo) e, como hoje é geralmente reconhecido, com um carácter pouco ou nada sistemático. Por outro lado, nenhum destes escritores se reclama fisiocrata; o próprio José Correia da Serra, cujo «Discurso preliminar» no 1.º tomo das *Memórias Económicas* é tantas vezes apontado como exemplo de uma posição fisiocrática, ao fazer em 1804 o balanço da literatura económica da Academia das Ciências para um periódico francês, não aponta qualquer filiação doutrinal e, exaltando um exemplo, não é sequer o de Vandelli que escolhe, mas o do *Ensaio Económico sobre o Commercio de Portugal, e das suas Colonias* de Azeredo Coutinho, texto teoricamente pouco significativo e dificilmente qualificável de fisiocrata (Serra, 1804, 436-437). Não é no *corpus* memorialista propriamente dito que encontramos a origem da imagem que perseguimos; há, por isso, que interrogar as suas apropriações.

3.2. Segundo contexto: «a polémica de escolas» que ganha forma a partir da nebulosa de referências dos nossos economistas logo no início do século XIX (na verdade, encontrava-se já latente nas tensões internas do memorialismo agrarista, onde começavam a despontar perspectivas económicas mais liberais, em contradição, mas não em confronto explícito, com as orientações dominantes) (Santos, 1992).

Esta polémica eclode quando alguns autores abandonam o terreno de um reformismo prático, de tom arbitrista, para se situarem conscientemente no plano da discussão das doutrinas enquanto sistemas. O caso de maior vulto é o da célebre troca de razões entre Joaquim Rodrigues de Brito, com um pensamento eclético mas de forte e explícita influência fisiocrática, e José da Silva Lisboa, prosélito incondicional de Adam Smith. Sem entrar no pormenor da discussão, o que vem ao caso é que na crítica endereçada ao 1.º volume das *Memórias* de Rodrigues de Brito há uma tática de argumentação que José Luís Cardoso (1989, 290) definiu parcialmente: «[...] o tom que Silva Lisboa implicitamente imprime à polémica é o de sugerir

a existência de um confronto entre um fiel seguidor de Smith e um fiel seguidor dos fisiocratas», o que era uma subestimação do campo de referências do adversário.

Mas essa subestimação combina-se com a assimilação de Rodrigues de Brito e da fisiocracia à voga agrarista das décadas precedentes, que sintetiza habilmente nos seus traços mais arcaizantes: «*Agricultura, Agricultura* he ainda presentemente o geral grito. As manufacturas e o Commercio (dizem) attrahindo braços e Capitães para as Cidades, fazem abandonar os campos, corromper os costumes, impossibilitar os casamentos, e diminuir a população. Tendo pois contra mim sabios, o vulgo, e a moda, não me abalançaria a contradizer a preferencia do systema Agrario (quanto aos meios com que o sustentão os seus elogiadores) senão estivesse convencido de que a verdade o patrocina.» (Lisboa, 1804, 140.)

Por um lado, acentuando a antinomia «economistas»/Smith para refutar a acusação de plagiário que Rodrigues de Brito havia insinuado a respeito deste último, Silva Lisboa esforça-se por lhe fazer equivaler a dicotomia arcaico/innovador, diluindo toda a especificidade da análise económica fisiocrática numa tradição agrarista plurissecular, com que o leque de citações dos memorialistas se identifica bastante: o que as máximas fisiocráticas «[...] contém de verdadeiro e útil, acha-se substancialmente ensinado pelos Authores Classicos, tanto Gregos como Latinos, que derão primazia á agricultura, como o fundo da subsistencia e defeza das Nações, a nutriz das artes, e a materia de todo o Commercio, hospitalidade, gratificação, e delicias da vida» (Lisboa, 1804, 67).

Por outro, aponta os efeitos nocivos da doutrina fisiocrática na sua concretização política. E aí a argumentação confunde fisiocracia com agrarismo, mesmo naquilo em que este a contradizia, atribuindo aos fisiocratas («sistema agrário», designação convenientemente ampla) a obsessão do agrarismo português pelas subsistências (Lisboa, 1804, 62) e toda a orientação antiliberal daí decorrente: «Os Governos, havendo considerado superior importância na cultura desses artigos [de primeira necessidade], tem, com boa intenção, mas na realidade com violencia, e irreparaveis damnos, prohibido ou restricto as culturas dos generos de prazer ou de luxo. Assim na França se publicarão Edictos para coarctar a cultura das vinhas. No nosso Reino vio-se tambem o fatal exemplo de se mandarem arrancar as vinhas de Santarem no Ministerio do Marquez de Pombal, que provavelmente se deixou seduzir das declamações e galimatias dos economistas Francezes, que nessa época tinham apparecido em grande pompa, apregoando vagamente a preferenciada agricultura dos bens de primeira necessidade» (Lisboa, 1804, 166-167) (e, de facto, a medida de Pombal é episodicamente elogiada por alguns dos nossos memorialistas).

Que esta ampliação do sentido da fisiocracia, de modo a abranger mesmo um agrarismo antifisiocrático, corresponde a uma tática de argumentação, e não a um desconhecimento do conteúdo do pensamento dos «economistas»,

prova-o o facto de Silva Lisboa apresentar as máximas fundamentais do artigo «Agricultura» da *Enciclopédia Metódica*, entre as quais: «Seja livre a cada hum cultivar na sua terra as producções, que seu interesse, seus Capitães, e a natureza do terreno lhe insinuem; a fim de poder tirar della o maior redito possível» (Lisboa, 1804, 70) — máxima que o pensamento económico de Rodrigues de Brito, liberal e baseado num respeito religioso pelo direito de propriedade, acolhia perfeitamente.

Em suma, neste contexto de argumentação — não simplesmente científica, mas também política, já que está em jogo a legitimidade do juízo sobre modelos jurídicos e políticos e políticas económicas — a definição de fisiocracia sofre, na pena do partidário de Smith, uma transformação: um alargamento semântico (passa a cobrir indistintamente qualquer discurso agrarista) que é, simultaneamente, uma redução teórica. Nessa redução vêem-se aniquiladas todas as características específicas da escola francesa que viriam a ser incorporadas no pensamento clássico desde Smith (incorporação que Rodrigues de Brito visava ao acusar o escocês de plágio), restringindo-a ao postulado da exclusividade produtiva da agricultura, facilmente manipulável para uma aproximação aos agrarismos mais arcaizantes. A eficácia argumentativa é óbvia, pelo duplo efeito de subestimação dos méritos teóricos do adversário e de identificação da sua mensagem com temas mais vulneráveis ao ataque, no próprio campo das políticas económicas. Lembremos que, em polémicas de idêntico sentido, uma tática de argumentação semelhante é seguida por Acúrsio das Neves (1814, 120; 1817, 476-477), que nem por isso deixa de manifestar a sua admiração pelos trabalhos da Academia das Ciências.

Assim, em obras sempre revisitadas como fundadoras do pensamento económico clássico em Portugal fica marcada uma imagem da fisiocracia directamente aplicável ao agrarismo português que futuras utilizações consagrarão como definição legítima, descontextualizando-a do seu ambiente polémico.

3.3. Terceiro contexto: os discursos de consagração institucional da Academia das Ciências, que reelaboram a memória dos seus primeiros tempos. O estatuto já adquirido da economia política no campo científico propicia a recuperação das *Memórias Económicas* para o lugar de manifestação seminal da disciplina, equiparando-as ao que de mais vanguardista se fazia na Europa do tempo. As querelas de escola deixaram por agora de fazer sentido, e essa vanguarda incorpora Quesnay e Adam Smith, entre outros, como pioneiros. Assiste-se, por outro lado, à sua apropriação por um liberalismo político radical, para quem a referência política do século XVIII europeu é a revolução francesa, emulada entre nós em 1820. A releitura a partir deste ponto de observação vai sobrepor liberalismo económico e liberalismo político num mesmo movimento progressivo da civilização, conducente às revoluções políticas; reforçando-se pela continuidade temática entre

várias das propostas académicas e o reformismo vintista, atribui aos memorialistas um cripto-liberalismo culminante, em última instância, na revolução.

Embora traços dessa auto-assimilação da Academia ao liberalismo económico e político aflorem, previsivelmente, logo após a queda do miguelismo, só bastante mais tarde ela toma forma no sentido que aqui interessa, num discurso de forte cunho comemorativista e marcado pela temática da decadência e da regeneração, na ordem do dia do debate político.

Trata-se do relatório dos trabalhos lido pelo republicano Latino Coelho na sessão pública que comemorou conjuntamente o centenário da fundação da Academia e o tricentenário da morte de Camões. Aí encontramos a justaposição do momento da formação da Academia ao amadurecimento da economia política e à gestação do movimento revolucionário: «A Academia procurou desde o começo incitar o espírito publico, frouxo, quasi amortecido em Portugal. A economia politica n'aquelle seculo nascera, ou antes se desatara das mantilhas infantis, ao impulso de Adam Smith e da phalange innovadora, que militava sob o estandarte de Quesnay, de Turgot, de Necker, de Morellet [...] A nova academia, inspirada no grande movimento intellectual, economico e politico do XVIII seculo proclamava ousadamente algumas das theses, que resumiam a nova condição das sociedades. Não eram certamente os academicos de então os audazes demolidores, que aspirassem a aluir pelos fundamentos a velha sociedade portugueza e a erigir nos seus escombros um novo edificio social. Os sabios iniciadores da academia, sem ousarem affrontar as normas politicas de Portugal, limitaram-se a discutir e a condemnar, sob a fórma de memorias scientificas, ao parecer inoffensivas, os mais flagrantes e odiosos preconceitos, que tornavam impossivel a regeneração economica e social do povo portuguez.» (Coelho, 1882, xv.)

Assim se cria um vínculo entre o memorialismo académico e a tradição fisiocrática e liberal, que a temática da «decadência» e da «regeneração económica e social do povo português», em 1880, convida à aproximação com o ideário republicano. Saliente-se que Amzalak citará amplamente este texto, nomeadamente no que se refere ao nexó entre as *Memórias Económicas* e os fundadores da economia política (Amzalak, 1930, 1936).

Textos mais recentes de celebração institucional são publicados quando a classificação fisiocrática do memorialismo se encontra já consolidada, passando este contexto e o da história do pensamento económico propriamente dita a reforçar-se mutuamente. É o caso de António Ferrão, no discurso de apresentação como sócio correspondente da Academia, em que aproxima a sua fundação do ambiente político, económico e intelectual do século XVIII.

O texto, com um empenhamento ideológico muito menor do que o de Latino Coelho, compõe-se de duas partes justapostas. Na primeira dá conta das principais evoluções do século XVIII europeu, caracterizando

as linhas orientadoras das luzes nos planos filosófico, científico, político e económico. Ora, «recordar, pôsto que muito sucintamente, o que foi sob o aspecto filosófico, científico, político e social, êsse século [...] é já em si, e por si, justificar porquê e como apareceu esta Academia, e, implicitamente, prestar-lhe homenagem» (Ferrão, 1923, 2). Assim, sugere um nexo causal entre as tendências mais inovadoras e a segunda parte, dedicada a Portugal. No domínio do pensamento económico, o grande plano vai para a influência de Quesnay (Ferrão, 1923, 9-12); curiosamente, Adam Smith não é mencionado neste parágrafo sobre a economia, mas adiante, a respeito das doutrinas políticas e sociais (Ferrão, 1923, 12-28), talvez porque, adquirida como estava já a evidência da filiação fisiocrática, fosse apologeticamente mais eficaz o destaque para Quesnay.

Também participa deste contexto o discurso já citado de Amzalak (1930), proferido nas comemorações do terceiro jubileu da Academia. Nessas mesmas comemorações o presidente Júlio Dantas associa a Academia aos ideais revolucionários franceses, chegando a apelidar o duque de Lafões de «príncipe-democrata» (Dantas, 1931).

Em suma, o trabalho de manipulação da memória, próprio dos discursos de consagração, elaborou para a Academia uma imagem doutrinal de liberalismo económico e político, tendente a assimilar as *Memórias Económicas* a uma vanguarda da economia política setecentista, em que Quesnay ocupa lugar de relevo. Essa representação será reutilizada até hoje, quer na vertente do liberalismo económico, quer mesmo na do liberalismo político (Ramos, 1988, 142-143).

3.4. O quarto contexto que me parece pertinente é o mais complexo, e talvez o decisivo, até porque reelabora os elementos produzidos pelos anteriores. Novas lutas políticas recuperam as classificações esgrimidas pelos smithianos contra o agrarismo no princípio do século XIX, mas invertendo-lhes as valorações. Dois processos se associam neste contexto. Por um lado, a crítica, proveniente de vários quadrantes, ao regime político e às políticas económicas, primeiro da monarquia parlamentar e depois da República, que se fundamenta num ideário de crise da nação e reinventa uma tradição nacional de reflexão económica. Por outro, um processo de afirmação da história do pensamento económico na formação científica em economia, no âmbito do curso de Direito da Universidade de Coimbra, que virá, correlativamente, a apropriar-se dos autores nacionais.

Quando, entre 1881 e 1884, José Frederico Laranjo publicou n' *O Instituto* uma série de monografias sobre antigos economistas portugueses, não respondia a uma procura interna, fosse do ensino da economia ou outra qualquer, mas à solicitação de um professor italiano. Laranjo não partilha do optimismo que vimos em Latino Coelho e começa mesmo por advertir o leitor do escasso interesse que os estudos teóricos, incluindo os de economia política, despertam no nosso país: «[...] Nestas circunstâncias a história

da economia política em Portugal não pode ser longa, nem brilhante [...]» (Laranjo, 1881-1884, 33-34.) Os artigos apresentam resumos das ideias dos principais autores e respectivas resenhas bibliográficas. Sobre os memorialistas da Academia, apesar de resumir com pormenor as ideias de Tomás António Villanova Portugal sobre o comércio interno, bem como o facto de citar Gournay e le Mercier de la Rivière, apenas alude a tendências fisiocráticas a respeito da «Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas», de Vandelli; não estende essa qualificação, nem individualmente a outros autores, nem à produção académica no seu conjunto.

O percurso que vai desta obra modesta às interpretações doutrinárias de Amzalak passa pela revitalização dos escritos agraristas, solicitada pela emergência de novos focos de discussão política, que traduzem uma aguda consciência de crise agrícola que se vive em Portugal. Um primeiro exemplo é o de Oliveira Martins, com o seu programa de fomento rural (Martins, 1887). Não podendo ser classificado como um autor agrarista, este seu projecto será sistematicamente glosado, com mais ou menos críticas, por toda uma série de autores que, no debate político sobre a crise nacional, se alinham por posições agraristas, mesmo tendo entre si antagonismos de fundo: Basílio Teles (1899, 1901), Anselmo de Andrade (1898, 1902), Lino Neto (1908), Ezequiel de Campos (1913, 1918, 1931; Campos e Jesus, 1923), Oliveira Salazar (1916, 1918), Pequito Rebelo (1916, 1916a, 1921, 1929), Mário de Castro (1932).

Está fora de causa desenvolver aqui estes debates (cf. Bourdon, 1985, Henriques, 1988, Rosas, 1988, 1992). Mas os próprios temas que desenvolvem e em torno dos quais se opõem — desequilíbrio da distribuição populacional, incapacidade de auto-abastecimento de cereais, condenação do latifúndio alentejano e propostas de colonização, fomento técnico e reforma agrária — justificam o interesse, comum à maior parte deles, pelos escritos que, do século XVII até às *Memórias Económicas*, denunciam problemas semelhantes e inspiram soluções. E, de facto, na maior parte destes textos, a começar por Oliveira Martins, citações de Vandelli, de Henriques da Silveira, entre outros, são usadas para avalizar a persistência dos problemas e legitimar, pela filiação num pensamento económico nacional, as reformas propostas.

Achavam-se assim criadas as condições para o renascer do interesse pelas ideias económicas do memorialismo agrarista. Mas essas citações, que se sucedem a partir de fins do século XIX, são ainda pontuais, organizam-se em torno de diagnósticos concretos, não carregando de início uma interpretação doutrinária. Só em 1908, num texto orientado por um profundo nacionalismo económico, António Lino Neto avança com a bandeira da «nova fisiocracia», convocando a tradição do pensamento agrarista através de enorme abundância de citações: «A orientação que defendemos liga-se com o nosso passado, e desprende-se das flutuações que transluzem dos escriptos estrangeiros.» (Neto, 1908, 80-81.) Não é à fisiocracia de Quesnay que recorre, mas ao agrarismo português, a que «cola» essa etiqueta.

O desenvolvimento desta carga doutrinal deu-se a partir da penetração e reelaboração desses debates no campo universitário, mais precisamente no ensino da economia. É no seu âmbito que, associada à relativização do paradigma clássico e ao «eclectismo doutrinário» (Ferreira, 1986, 102), se desenvolve, com Marnoco e Sousa, a partir do ano lectivo de 1901-1902, o ensino da história das doutrinas económicas como parte da cadeira de Economia do curso de Direito. Houve mesmo uma tentativa gorada de o instituir como disciplina autónoma (Ferreira, 1986, 110). Nos manuais deste professor, o último dos quais, póstumo, leva prefácio de Anselmo de Andrade (Sousa, 1916), vemos formar-se a interpretação fisiocrática do memorialismo português. É também nas suas páginas que confluem a história das doutrinas económicas, a defesa de políticas económicas intervencionistas subordinada a uma perspectiva de economia nacional e ecos nítidos das tendências agraristas da viragem do século.

As suas primeiras lições de Economia apresentam, com o título «Constituição histórica da sciencia economica», uma abordagem sistematizada das grandes correntes das ideias económicas, arrumadas por escolas e com resumos dos princípios essenciais de cada uma; não são ainda mencionados autores portugueses (Sousa, 1902; 131-172). Mas este primeiro compêndio revela-nos já preocupações que o ligam a todo o ambiente agrarista, ao tratar da importância excepcional da agricultura no conjunto das actividades económicas (Sousa, 1902, 847-848) e da deficiente situação agrícola, especialmente cerealícola, do país (Sousa, 1902, 875-879.)

Este primeiro passo na viragem para uma economia nacional concretizar-se-á na publicação do manual sobre esse tema (Sousa, 1909). À aplicação das categorias da ciência económica ao caso português corresponde, naturalmente, a das classificações da história das doutrinas económicas aos autores portugueses, baseada nos resumos de Laranjo, num alargado «Escorço historico das doutrinas economicas portuguesas» (Sousa, 1909, 45-173). Neste capítulo, que toma como fio condutor o esquema doutrinal elaborado desde a primeira *Sciencia Economica* à breve exposição das características de cada escola, segue-se o resumo desenvolvido dos textos que a representaram em Portugal, cruzando dois critérios de pertinência: temático e cronológico. No que respeita à fisiocracia, embora na exposição dos seus fundamentos dê toda a importância à auto-regulação do sistema económico e à reivindicação «laissez faire, laissez passer», a pertinência temática da sua aplicação aos autores portugueses é construída apenas em torno da vertente agrarista; o liberalismo económico torna-se aqui secundário, apenas sugerido pela contiguidade com a exposição da doutrina francesa. Note-se que Marnoco e Sousa perfilhava uma concepção de interesse colectivo como condicionante, e não resultante, do exercício da liberdade individual (Sousa, 1908, 105), o que terá, em conjunto com a leitura de posições idênticas expressas na literatura setecentista, facilitado a reapropriação redutora das teses fisiocráticas.

Como no debate sobre as políticas económicas, também na história das doutrinas o agrarismo submerge o liberalismo, na própria representação da corrente doutrinal que propugnava a sua associação. A «fisiocracia» distorcida das polémicas do início do século XIX vingava-se, um século depois, do seu vencedor, que tinha contribuído para a inventar. Daqui para a frente, nos esboços de história do pensamento económico, só Bento Carqueja não chamará fisiocratas aos agraristas portugueses, ao mesmo tempo que é o único autor a reconhecer a existência de um mercantilismo agrarista, que identifica com Sully (Carqueja, 1926, 541, 624).

Num ambiente político e intelectual marcado pelo problema da crise nacional, esta representação da história do pensamento económico português desempenha uma função discursiva relevante. A citação dos antigos pensadores portugueses era um recurso de argumentação utilizado por todas as tendências em confronto. Pelo seu eclectismo, pela ambiguidade entre o fascínio pelo progresso e o olhar que, em busca de modelos, se volta para as sesmarias do passado, o discurso agrário setecentista prestava-se a todas as apropriações. Mesmo o integralista Pequito Rebelo, que se opõe à maioria dos restantes agraristas em defesa da grande lavoura tradicional alentejana, se coloca como corolário de uma «linhagem» de pensadores económicos nacionais que vem dos «fisiocratas da Academia» (Rebelo, 1916a), com quem partilha a imagem mitificada dos reis da 1.^a dinastia, a saudade da lei das sesmarias e das pragmáticas contra o luxo, o louvor da terra (Rebelo, 1916, 1921), esquecendo o muito que dele os separa e que os torna, por seu turno, apropriáveis pelos defensores de uma reforma agrária radical e do desmantelamento do latifúndio (Campos, 1913, 1918, 1931; Campos e Jesus, 1923; Castro, 1932).

Mas estes projectos políticos não dispensavam já a legitimação de uma ciência económica. A imagem enviesada da fisiocracia permitia-lhes uma invocação das origens sãs da economia política antes de um liberalismo abstracto e cosmopolita a ter desviado do bom caminho (Neto, 1908, 80-81; Rebelo, 1929, 19; Guerra, 1943). A interpretação fisiocrática do agrarismo português ensinada por Marnoco e Sousa, ao mesmo tempo que reflecte no campo universitário o interesse acrescido pela reflexão económica nacional, gerado no discurso político, retorna a este sob a forma de uma argumentação científica legitimadora. Esta interacção entre relevância científica e relevância política propiciou e enraizou o primeiro grande surto de história do pensamento económico português, culminando com Amzalak, em que se fixou a imagem da «fisiocracia portuguesa». Viria a institucionalizar-se como área relativamente autónoma de ensino e investigação já com uma larga tradição interpretativa estabelecida.

4. Uma vez consolidada pela bibliografia e pelo ensino, essa tradição revelou-se surpreendentemente tenaz. A designação de «fisiocratas», fortemente evocativa pela própria simplicidade de que se revestia a identificação

com o agrarismo, aderiu aos académicos e, por extensão, a todos os escritores que no último terço do século XVIII defenderam o enriquecimento pela agricultura. Com o desenvolvimento da história económica e social, incorporou-se em algumas das obras mais relevantes desta área que usaram este *corpus* (por exemplo, Godinho, 1975, 119-127, e Silbert, 1978, 153). E mesmo as críticas que suscitou acabaram por recuperar a designação, salva à custa da definição de limites ou de especificidades da «fisiocracia portuguesa».

Um primeiro vislumbre de crítica encontra-se num artigo de Armando Castro no *Dicionário de História de Portugal*. Reconhecendo a falta de profundidade teórica do impacto da fisiocracia nos pensadores portugueses, atribui-lhe, no entanto, grande amplitude pelo número de autores que influenciou (Castro, 1971, 268-269). Mas que influência era essa se mesmo o seu mais lídimo representante, Vandelli, apenas refere de passagem a noção de «produto líquido» e ignora a teoria da reprodução económica? Se em muitos destes escritores «[...] a presença destas concepções é muito longínqua, só sendo possível descortiná-la pelo facto de revelarem a sua grande preocupação pelas questões agrárias portuguesas» (Castro, 1971, 267-268)? Mau grado uma maior vigilância conceptual, regressamos ao pé em que estávamos com Amzalak: a influência encontra-se porque é pressuposta.

Mais uma vez os pressupostos enviesam as leituras. O «Discurso preliminar» de Correia da Serra revela «[...] claramente a sua filiação relativamente à doutrina de Quesnay [...] ao sustentar ser a terra o principal sector de aplicação de actividade do homem, não passando as artes (a indústria) de mera aplicação das forças naturais às necessidades do homem» (Castro, 1971, 268). Mas, se lermos o texto assim resumido, verificamos que Correia da Serra não diz isso, mas sim que (como todo o discurso procura demonstrar) «[...] o conhecimento de quase todas as matérias, que podem contribuir à felicidade de Portugal, fica incluído nos limites das ciências que ela [a Academia] cultiva». Tal como os progressos da agricultura dependem do conhecimento da história natural, «as artes todas não são mais do que uma aplicação do *conhecimento* da natureza às nossas precisões, e utilidades; o seu adiantamento *depende todo das ciências naturais, e das exactas* [...]» (Serra, 1789, 9-10, *itálicos meus*). Trata-se de legitimar a Academia pela utilidade económica dos seus estudos, e não de atribuir um carácter «meramente» secundário às «artes»; e a afirmação de que o conhecimento do território e das suas potencialidades produtivas é o primeiro passo a dar (o que Castro transforma em «principal sector de actividade») dificilmente pode considerar-se uma profissão de fé fisiocrática, mesmo que se reconheça um pendor agrarista na hierarquia da enumeração.

O próprio Armando Castro aprofundará mais tarde a sua análise, cabendo-lhe uma das primeiras tentativas de desfazer o equívoco (após o texto por vezes anacrónico, que acaba por recuperar as classificações tradicionais, de Carlos da Fonseca, 1976). Denuncia a «insuficiência teórico-crítica» da atribuição de filiação fisiocrática pelo simples critério de defesa da importância

da agricultura e a autores cujo fisiocratismo é, no mínimo, «frustre, superficial e empírico» (Castro, 1980, 36). Mas a exposição acomoda-se a «este critério extremamente superficial», passando a analisar, caso a caso, os autores tradicionalmente referidos como fisiocratas (Castro, 1980, 37 e segs.). Mais uma vez, Correia da Serra e Vandelli merecem-lhe especial atenção, mostrando neste último as marcas da fisiocracia e a sua superficialidade teórica no que respeita a conceitos essenciais dos «economistas» (Castro, 1980, 39).

A partir daqui, um padrão emerge e torna-se estável. As leituras deslocam-se do modelo, inaugurado por Laranjo e ainda vigente em Armando Castro, de abordagem autor a autor, para tentativas de apreensão global, intertextual, do quadro do pensamento subjacente. Mas a leitura intertextual carece de fulcros organizadores do sentido dos textos (ou fragmentos de textos) com que se recompõe o quadro, e esses fulcros são ainda buscados no paradigma fisiocrático. Face a uma atitude crítica mais exigente, mantém-se inquestionada a influência determinante das ideias fisiocráticas na estruturação do pensamento económico português, mas trata-se agora de uma fisiocracia *sui generis*, não sistematizada, parcelar, que se manifesta por sinais dispersos, e não por um sistema doutrinal coerentemente aplicado. A rotulação fisiocrática é já um dado adquirido que se mantém, mas que se maneja com dificuldade no confronto com os textos; daí a sua constante necessidade de relativização.

José Esteves Pereira, num contexto de crescente afirmação institucional da área disciplinar ligada à história das ideias, e José Luís Cardoso, no quadro já consolidado do ensino da história do pensamento económico, cuja investigação e inserção institucional tem contribuído para renovar, são precisamente os autores que mais têm marcado este esforço de reapreciação.

O texto fundamental do primeiro procura fundamentar um projecto de investigação sobre as ideias fisiocráticas em Portugal (Pereira, 1980), parcialmente revisto e publicado num artigo alguns anos depois (Pereira, 1984). Propondo como ideia central uma emergência do económico na escala de valores da sociedade de antigo regime, que situa nos finais do século XVIII e que encontra a sua expressão máxima nas *Memórias Económicas*, engloba esse surto num processo mais geral de apropriação e transformação do mundo por um conhecimento científico. É nesse contexto que as doutrinas fisiocráticas exercem o seu impacto, que não é aqui negado, mas muito relativizado: «os nossos fisiocratas» (Pereira, 1980, 15), ou, com maior distanciamento na versão revista, «aqueles a quem se designa, entre nós, por fisiocratas» (Pereira, 1984, 25), apresentam a especificidade de estarem mais interessados no «pragmatismo de uma actuação» de levantamento de carências e elaboração de propostas de reforma económica do que nas discussões doutrinárias, o que explica o seu afastamento relativamente à coerência doutrinal dos economistas franceses, que, contudo, os influenciariam (Pereira, 1984, 29).

A despistagem dessas influências parte de Vandelli e de Rodrigues de Brito, que servem de centro organizador para uma pluralidade de fragmentos de outros textos. Mas, se a afirmação de um conhecimento e de um impacto

mais directos dos autores fisiocratas se apoia na obra excepcionalmente sistematizada deste último, que refere explicitamente a sua dívida para com Quesnay e seus discípulos (Pereira, 1980, 15, nota 1), já no próprio Vandelli «[...] a teoria fisiocrática representa um voltar costas ao ‘fetichismo’ do produto líquido agrário [...]» (Pereira, 1980, 22), ou seja, a um postulado-base de toda a axiomática de Quesnay.

Como aplicar, por outro lado, a fisiocracia a um memorialismo que faz um «[...] apelo permanente [...] à memória do tipo de estado, com um relativo acabamento teórico, que surgiu na época de D. José I» (Pereira, 1984, 31)? Sugerindo que o Estado aparece, na tradição fisiocrática, como o intérprete da ordem natural assente no direito de propriedade e na liberdade económica dos proprietários. Mas, se mais uma vez essa concepção pode encontrar fundamento em Rodrigues de Brito (Pereira, 1980, 28-30), o problema está em generalizá-la para um memorialismo que defende (propondo outras do mesmo tipo) as medidas pombalinas que Brito repudia, por atentarem contra a livre disposição do direito de propriedade. De algum modo, Rodrigues de Brito continua preso na armadilha que Silva Lisboa lhe havia estendido há quase dois séculos, agora manobrada em sentido inverso.

José Luís Cardoso, por seu turno, tem sido leitor e editor do memorialismo económico. Também ele se confronta, acolhendo as inquietações de Armando Castro e de Esteves Pereira, com a inconsistência teórica dos supostos fisiocratas; também ele considera ultrapassadas as classificações lineares de Marnoco e Sousa e de Amzalak (Cardoso, 1989, 21-22, 67). Se, mesmo assim, salva a classificação fisiocrática, é através de uma restrição do seu sentido. Globalmente, o argumento é que, embora seja errado igualar o agrarismo à fisiocracia, é possível recuperar a tese das influências fisiocráticas através dos aspectos mais doutrinários (e menos sistemáticos do ponto de vista de análise económica), nomeadamente o liberalismo e o individualismo económicos, o antimercantilismo. Esta posição, que se desenha claramente na introdução que após à publicação de um precioso conjunto de memórias inéditas (Cardoso, 1987), é fundamental na primeira parte da sua tese de doutoramento, dedicada precisamente ao «Memorialismo e projectismo» (Cardoso, 1989, 35-123), o mais importante trabalho de conjunto até agora dedicado a este tema.

O procedimento aqui seguido é, uma vez mais, o de escolher um centro de focagem, Vandelli, cujas ideias são escrutinadas para compor o modelo possível da doutrina fisiocrática (agrarista e liberal) portuguesa. Esse modelo é depois usado como matriz de leitura intertextual que enquadra sinais, presentes em outros escritos, que a própria matriz torna significativos, permitindo interpretar o conjunto do memorialismo agrarista em função de Vandelli e, portanto, do modelo fisiocrático «mitigado». Este procedimento inteligente pressupõe, entretanto, uma relativa homogeneidade do *corpus* textual, para poder fundamentar uma imagem final unitária: «[...] os autores que aqui estudaremos são protagonistas de um movimento memorialista

e projectista que, *enquanto tal*, não existia. Mas a confluência de sentidos que os diversos autores imprimiram à sua acção individual torna legítima a conceptualização póstuma de um movimento, de uma acção social colectiva em que globalmente se inserem [...].» (Cardoso, 1979, 38.)

O problema, a meu ver, está precisamente nessa «conceptualização póstuma» de uma confluência de sentidos mais pressuposta do que analisada. Vandelli vem sendo apontado, pelo menos desde Armando Castro, como um caso excepcional de apropriação de noções fisiocráticas, não obstante de modo parcial e pouco consistente. Torná-lo uma matriz para aglutinar a análise de outros autores incorre num risco de enviesamento do sentido dos fragmentos seleccionados, na ausência de uma consideração crítica dos textos na sua singularidade que fundamente a homogeneidade do *corpus* em observação. Podemos encontrar exemplos desse enviesamento ao nível conceptual: «Para Soares de Barros, o crescimento demográfico é perfeitamente possível e é inteiramente condicionado pelo aumento dos meios de subsistência que resulta de um desenvolvimento intensivo ou extensivo da agricultura. Recorrendo à linguagem característica do pensamento fisiocrático, dir-se-ia que é o acréscimo do ‘produto líquido’ que determina o aumento da população, e não o contrário.» (Cardoso, 1987, 72.) Ora, é discutível esta aplicação da noção fisiocrática num contexto que encara os produtos agrícolas como massa de subsistências, e não como produto líquido monetarizado.

Por outro lado, «o Estado deixava de ser concebido como agente económico determinante e privilegiado, criando-se condições «em termos doutriniais, entenda-se) para uma libertação dos agentes económicos individuais. A expressão acima utilizada — libertação dos agentes económicos individuais — constitui uma espécie de *leitmotiv* para muitos dos autores memorialistas que escrevem durante o período em abordagem. Podendo não ter clara consciência desse empenho, parece-nos lícita a interpretação do seu pensamento à luz deste conceito, do qual só vagamente suspeitariam ser intérpretes.» (Cardoso, 1989, 81.) Ora, é neste tema central do liberalismo económico que as conclusões me parecem mais discutíveis.

Com efeito, mesmo admitindo que Vandelli tivesse essa posição liberalizadora (aliás não isenta de ambiguidades, como se pode ver no *Plano de humaley Agraria*), é difícil revê-la na maior parte dos escritos da época, incluindo as *Memórias Económicas*, fragmentariamente usados por José Luís Cardoso. A liberdade económica individual aparece quase sempre subordinada a um objectivo de ordem superior: a realização do bem comum, não resultante mas condicionante da composição dos interesses particulares, que o Estado vigia coercivamente. Vejam-se os aplausos à legislação pombalina sobre o arranque das vinhas e sobre o condicionamento da liberdade contratual dos arrendamentos no Alentejo, ou as queixas contra a ambição dos que, seduzidos pelo lucro privado, deixam de cultivar cereais (de interesse geral) por outras ocupações mais seguras e lucrativas, como a pecuária; veja-se, nestes e noutros casos, o apelo à intervenção do Estado, não como criador de condições para

uma ordem auto-regulada, mas como regulador activo dessa ordem, que, aliás, muitas vezes se confunde directamente com os seus interesses (Santos, 1992).

Esta temática da liberdade exige, pois, uma análise mais fina, que distinga os objectos em que emerge e que não se encontram forçosamente correlacionados: pode defender-se acerrimamente a liberdade de circulação e de exportação e ao mesmo tempo condenar a liberdade de disposição dos recursos do modo julgado mais lucrativo, quando essa opção contradiga o «interesse geral» pré-definido, assim como pode defender-se o aperfeiçoamento do direito de propriedade face a constrangimentos colectivos e, simultaneamente, restringi-lo quanto à sua utilização na lavoura ou no arrendamento.

Em suma, se é verdade que «[...] nos finais de Setecentos ganha corpo no nosso país uma mentalidade da qual é parte integrante a concepção do indivíduo como agente económico determinante e não determinado [...]» (Cardoso, 1989, 83), não é este o «núcleo duro» dos discursos agaristas da época, que também por aqui me parece não poderem receber a designação, mitigada embora, de fisiocratas.

Concluindo este roteiro biliográfico, diria que, não obstante os incontáveis avanços que as obras referidas nesta última parte imprimiram no conhecimento do tema, se impõe uma revisão das ideias adquiridas. Há que romper com estereótipos que, esgotada a sua função codificadora, talvez necessária nos primórdios do campo temático, se tornaram obstáculos a uma compreensão mais rica de um dos momentos maiores da reflexão sobre os destinos da nação. Só a ultrapassagem da «evidência fisiocrática», ou a minuciosa demarcação da sua aplicabilidade, permitirá explorar novas pistas de investigação, quer através do confronto com outras tradições discursivas, tantas vezes apontadas de passagem sem verdadeiramente serem exploradas (o arbitrismo ibérico, o iluminismo italiano, por exemplo), quer pela inserção deste memorialismo no seu contexto económico, institucional e político. Para isso não deixará certamente de contribuir o precioso instrumento de trabalho e de crítica que esta colecção de obras clássicas promete ser.

BIBLIOGRAFIA

- AMZALAK, Moses Bensabat (1921), *A Economia Política em Portugal. O economista José Accursio das Neves*, 2 vols., Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1922), *A Economia Política em Portugal. O fisiocratismo. As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores*, Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1923), *A Economia Política em Portugal. O fisiocratismo, José Joaquim Rodrigues de Brito*, Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1928), *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, comunicação feita à Academia das Ciências de Lisboa na sessão da 2.^a classe de 22 de Março de 1928, Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1930), *Os estudos económicos na Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa.

- AMZALAK, Moses Bensabat (1936), *L'Académie Portugaise et les études économiques au Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1947), *As doutrinas da população em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa.
- AMZALAK, Moses Bensabat (1950), «O 'despertador da agricultura em Portugal' e o seu autor, o intendente D. Luiz Ferrari de Mordau», in *Revista do Centro de Estudos Económicos* (11), Lisboa, INE, pp. 67-78.
- ANDRADE, Anselmo de (1898), *Economia Nacional e Comparada. A terra*, Lisboa, Manuel Gomes.
- ANDRADE, Anselmo de (1902), *Portugal económico*, Lisboa, Manuel Gomes.
- BOURDON, Albert-Alain (1985), «L'Alentejo, espece mythique ou nouvelle frontière?», in *AAVV, Les campagnes portugaises de 1870 à 1930: image et réalité*, pp. 365-378, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- CAMPOS, Ezequiel de (1913), *A conservação da riqueza nacional*, Porto, ed. do autor.
- CAMPOS, Ezequiel de (1918), *A evolução e a revolução agrária*, Porto, Renascença Portuguesa.
- CAMPOS, Ezequiel de (1931), *Para a ressurreição do Lázaro*, Porto, Emp. Ind. Gráf. do Porto, 1931.
- CAMPOS, Ezequiel de, e Quirino de Jesus (1923), *A crise portuguesa. Subsídios para a política de reorganização nacional*, Porto, Emp. Ind. Gráf. do Porto.
- CARDOSO, José Luís (1987), «Introdução» a *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, pp. 11-28, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.
- CARDOSO, José Luís (1989), *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII: 1780-1808*, Lisboa, Estampa.
- CARDOSO, José Luís (1990), «Introdução» a *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*, t. 1, pp. XVII-XXXIII, Lisboa, Banco de Portugal.
- CARDOSO, José Luís (1991), «La Révolution française et la pensée économique au Portugal», in Gilbert Faccarello e Philippe Steiner (eds.), *La pensée économique pendant la Révolution française*, actes du Colloque International de Vizille (6-8 septembre 1989), pp. 547-558, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- CARQUEIA, Bento (1926), *Economia política*, t. 1, *Noções Gerais, História*, Porto, Tip. Comércio do Porto.
- CASTRO, Armando (1971), «Fisiocracia e fisiocratas», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 266-269.
- CASTRO, Armando (1980), *O Pensamento Económico no Portugal Moderno: de Fins do Século XVIII a Começos do Século XX*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- CASTRO, Mário de (1932), *Alentejo, terra de promessa. Resenha geral de um pensamento agrário*, Lisboa, Tip. Seara Nova.
- COELHO, José Maria Latino (1882), «Relatorio dos trabalhos lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 6 de Junho de 1880 pelo Secretario Geral interino...», in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras*, nova série, t. v, parte II, 1882, pp. v-xxix.
- DANTAS, Júlio (1931), «A primeira sessão da Academia das Ciências. Discurso pronunciado pelo sr. Júlio Dantas na sessão solene comemorativa do 150.º aniversário da fundação da Academia, realizada em 7 de Dezembro de 1929», in *AAVV, III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa*, pp. 1-12, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- FERRÃO, António (1923), *A Academia das Ciências de Lisboa e o momento filosófico, científico e económico da segunda metade do século XVIII. A fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência* (discurso de apresentação proferido na sessão de 2.ª classe em 14 de Abril de 1921), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- FERREIRA, Rui M. Viseu (1986), «Notas sobre os primeiros 100 anos do ensino da Economia na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», in *Revista de História Económica e Social* (18), Julho-Dezembro de 1986, pp. 91-117.

- FONSECA, Carlos da (1976), «Introdução' a José Frederico Laranjo», in *Economistas Portugueses. Subsídios para a História das Doutrinas Económicas em Portugal*, Lisboa, Guimarães, pp. 7-32.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (2.^a ed.), Lisboa, Arcádia.
- GUERRA, António da Costa (1944), «Nova fisiocracia», in *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria* (Setembro de 1943), pp. 171-188, Lisboa, Tip. Imprensa Municipalista.
- HENRIQUES, Mendo Castro (1988), «Perspectivas ético-económicas no integralismo lusitano», in José Luís Cardoso (ed.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, pp. 143-184, Lisboa, D. Quixote.
- LARANJO, José Frederico (1881-84), *Economistas portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, Guimarães, 1976.
- LISBOA, José da Silva (1804), *Princípios de Economia Política, para servir de introdução à Tentativa económica do autor dos Princípios de Direito Mercantil*, Lisboa, Imprensa Régia.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1887), «Projecto de lei de fomento rural», in *Fomento rural e emigração*, pp. 9-191, Lisboa, Guimarães Editores, 1956.
- NETO, António Lino (1908), *A questão agrária*, Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica.
- NEVES, José Acúrsio das (1814), *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política*, t. 1, *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, pp. 111-318, Porto, Afrontamento, s. d.
- NEVES, José Acúrsio das (1817), *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da Economia Política*, t. II, *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 3, pp. 319-558, Porto, Afrontamento, s. d.
- PEREIRA, José Esteves (1980), *As Ideias Fisiocráticas em Portugal — Projecto de Investigação* (prova complementar de doutoramento, dactil.), Coimbra, Universidade de Coimbra.
- PEREIRA, José Esteves (1984), «Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade», in *Prelo* (2), pp. 25-40.
- PEREIRA, José Esteves (1989), «Genealogia das correntes de pensamento do Antigo Regime ao liberalismo — perspectivas de síntese», in Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues e Nuno Gonçalves Monteiro (eds.), *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*, pp. 47-61, Lisboa, Vega.
- PEREIRA, José Esteves (1992), «Introdução a Joaquim José Rodrigues de Brito», in *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, 1803-1805*, pp. xvii-xxxvi, Lisboa, Banco de Portugal.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1988), «Reflexões sobre as origens do liberalismo em Portugal», in *Sob o Signo das Luzes*, pp. 135-158, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REBELO, José Pequito (1916), «Aspectos económicos», in *AAVV, A Questão Ibérica*, pp. 147-189, Lisboa.
- REBELO, José Pequito (1916a), *Nação Portuguesa*, 1 (12), 1916, cit. por Mendo Castro Henriques, «Perspectivas ético-económicas no integralismo lusitano», in José Luís Cardoso (ed.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, pp. 146-147, Lisboa, D. Quixote, 1988.
- REBELO, José Pequito (1921), *Cartilha do lavrador*, Lisboa, Livraria Féria.
- REBELO, José Pequito (1929), *A terra portuguesa*, Lisboa, Tip. Otográfica.
- ROSAS, Fernando (1988), «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos», in José Luís Cardoso (ed.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, pp. 185-208, Lisboa, D. Quixote.
- ROSAS, Fernando (1992), «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», comunicação ao Encontro Ibérico de História do Pensamento Económico, Lisboa no (prelo).
- SALAZAR, António de Oliveira (1916), *Estudos de Economia Nacional. A questão cerealífera: o trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

- SALAZAR, António de Oliveira (1918), *Alguns aspectos da crise das subsistências*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SANTOS, Rui (1992), «Do mito à doutrina: imagens do Alentejo no memorialismo de finais do século XVIII», comunicação ao Encontro Ibérico de História do Pensamento Económico, Lisboa (no prelo).
- SERRA, José Correia da (1789), «Discurso preliminar», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. 1, pp. 9-11, Lisboa, Banco de Portugal, 1990.
- SERRA, José Correia da (1804), «Memoria ou Vista Rapida Sobre o Estado das Sciencias, e das Bellas-Letras em Portugal durante a ultima metade do Seculo passado (o 18.º), escrita no idioma Francez pello Abbade Correa da Serra, e impressa no Volume 1 do Periodico publicado em Paris no anno de 1804, debaixo do titulo *Archivos Litterarios da Europa*, ou *Miscellanea de Litteratura, de Historia, e de Filofia*, por uma Sociedade de Amigos das Boas Letras: Vertida em Portuguez [...]», in Francisco Freire de Carvalho *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo*, pp. 401-443, Lisboa, Tip. Rollandiana, 1845.
- SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime* (2.^a ed.), Lisboa, INIC.
- SOUSA, José Marnoco e (1902), *Sciencia Economica*, Coimbra, França Amado.
- SOUSA, José Marnoco e (1908), *O Capitalismo Moderno*, Coimbra, França Amado.
- SOUSA, José Marnoco e (1909), *Economia Nacional*, pp. 45-173, Coimbra, França Amado.
- SOUSA, José Marnoco e (1916), *Tratado de Sciência das Finanças*, Coimbra, França Amado.
- TELES, Basílio (1899), *O problema agricola*, Porto, Livraria Chardron.
- TELES, Basílio (1901), *Estudos Historicos e Economicos*, vol. 2, Porto, Livraria Chardron.